

Manuais de fazendeiros e saúde escrava em Vassouras, 1830-1870

Kassia Rodrigues*

Resumo: O presente texto é fruto das primeiras reflexões da pesquisa em andamento do mestrado em História Social do Território na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Busca-se através da análise dos manuais de fazendeiros, publicados no século XIX, e dos inventários *post-mortem*, apresentar aspectos da saúde e da vida dos escravos em Vassouras entre os anos de 1830 e 1870. E, também, apresentar novas possibilidades de investigação sobre as relações na sociedade escravista, que se revelam com o estudo das doenças da população escrava neste período.

Palavras-chaves: Escravidão, Manuais de fazendeiros e Saúde

Abstract: This text is the result of the first (thought) reflections of the research in progress study of the Masters in Social History of the Territory in University of Rio de Janeiro. Search through the analysis of handbooks of farmers, published in the nineteenth century, and *post-mortem* inventories to present aspects of health and lives of slaves in Vassouras, between the years 1830 and 1870. And, also, provide new opportunities for research on the relations of slave society, which appear to the study of diseases of the slave population in this period.

Key-words: Slavery, Handbooks of farmers, Health

Como observou Ângela Pôrto, “*a questão da saúde do escravo só aparece pelas frestas da história e apresenta muitos pontos controversos a serem esclarecidos*” (PÔRTO, 2006:1020). Não obstante todos os avanços que a historiografia já realizou, pretendemos, nesta comunicação – que é parte da pesquisa em andamento do mestrado – o objetivo é explorar uma dessas frestas: as doenças. Estas, enquanto objetos de estudo, abrem uma janela para as múltiplas dimensões da vida social, considerando que existe uma “*historicidade das doenças ligada a todos os acontecimentos do ser humanos*” (NASCIMENTO e SILVEIRA, 2004: 13). Sob esse prisma, a doença:

“...possibilita o conhecimento sobre as estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e de deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas.” (NASCIMENTO e SILVEIRA, 2004: 14)

Desse modo, a elaboração de um quadro das doenças que afligiam os escravos na região de Vassouras, comparativamente em dois períodos, pode descortinar aspectos importantes das relações entre senhores e escravos e da ordem escravista do século XIX. Ou seja, através das doenças e da saúde podemos conjecturar sobre as características próprias de

* Mestranda do Programa de História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

uma sociedade por outros ângulos ainda não explorados. Mais do que conclusões, a idéia é apresentar outras possibilidades de análise para pensar a escravidão, as condições de vida dos escravos e as relações sociais geradas a partir daí. Começamos pelas fontes.

O conjunto de documentos aqui analisados é composto pelos manuais de fazendeiros publicados a partir de 1830. São eles: “*Manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*”, de Jean-Baptiste Imbert (1834); “*Manual do agricultor brasileiro*”, de Carlos Augusto Taunay (1839); “*Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*”, de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Pati dos Alferes (1847) e “*Manual do agricultor dos gêneros*”, de Antônio Caetano da Fonseca (1863).

Essas obras pretendiam guiar os senhores de escravos na gestão de suas fazendas, respondendo questões acerca da saúde, habitação, vestuário, tarefas diárias, alimentação, descanso, castigo, rigorosa disciplina, instrução religiosa e a criação de laços familiares entre os escravos. Alguns desses manuais traziam, ainda, tratamentos que poderiam ser facilmente utilizado pelos senhores durante as enfermidades dos escravos e forneciam informações sobre a aparência física saudável que os escravos deveriam ter no momento da compra. Dr. Imbert, por exemplo, recomendava a compra do escravo que:

“...apresentasse pele negra macia e sem odor, genitais nem muito grande nem muito pequeno, abdômen chato e umbigo pequeno, ou podem acontecer hérnias, pulmões espaçosos, nenhum tumor glandular sobre a pele – sinais de infecção escrofulosa que leve a tuberculose – músculos bem desenvolvidos, carne firme, e na fisionomia e atitude geral, animação e vivacidade; se essas condições estiverem presentes, o senhor terá um escravo com saúde, força e inteligência garantida.” (IMBERT, 1834)

Complementar aos manuais, temos os inventários *post-mortem*¹. A análise dos inventários ocupa-se especialmente das principais doenças e sintomas anotados durante a confecção desses documentos. O intuito é procurar a distribuição e as variações dos grupos de doenças que atingiam os escravos. Em parte, o problema de recriar o quadro das doenças é a imprecisão na identificação das enfermidades, pois uma doença poderia ter mais de uma denominação, a exemplo da tuberculose: as mais usuais eram “tizica”, “tizica pulmonar”, “moléstia de peito”, “scrofula”, entre outras. (KARASCH, 2000:210) Apesar disso, a identificação permite estabelecer, mesmo que de maneira genérica, como se apresentava o quadro de saúde e seus condicionantes sociais na época.

¹ Agradeço a gentil concessão do banco de dados compostos pelos inventários *post-mortem* de Vassouras a Ricardo Salles. Os inventários encontram-se sob guarda do CDH/USS.

A divisão em dois períodos visa ampliar a compreensão do movimento dos grupos de enfermidades em comparação com as alterações do tráfico atlântico. O primeiro intervalo entre 1830 e 1850, quando existia a reposição externa de mão-de-obra escrava, e o segundo, entre 1851 e 1871, fim efetivo da reposição externa dos cativos. Foi a partir da década de 1830 que começam a ser publicados os manuais de fazendeiros, e alguns dos quais contaram com o apoio do Estado para sua publicação (PÔRTO, 2006:1022). É importante destacar que a extinção legal do tráfico atlântico, em 1831, implicou em uma territorialização da escravidão. A partir desta data a reprodução da mão-de-obra escrava deveria acontecer pelo nascimento em solo brasileiro, ou seja, filhos de outros escravos. Além de sinalizar a necessidade de maior zelo com os cuidados no tratamento dos escravos mediante o fim do tráfico.

Estima-se que entraram no Brasil cerca de 1.500.000 cativos africanos até 1850 (COSTA, 2005:31), demonstrando, por um lado, o dinamismo da economia nesse período e, por outro, o poder político da classe senhorial, que tinha força para desafiar a proibição legal do tráfico. Porém, o ano de 1850 representou o fechar dos portos brasileiros a entrada de novos escravos africanos e o fim da reposição externa da mão-de-obra, com a efetivação da lei Euzébio de Queiroz. Esta situação forçou, principalmente nos primeiros anos, uma elevação maior no preço dos cativos e, depois, um momento para amadurecer soluções para manter a escravidão. O ano de 1871, quando é aprovada a Lei do Ventre Livre, vai marcar, além o início do acirramento nas lutas políticas no Império pelo fim da escravidão, a emancipação das crianças recém-nascidas de mulheres escravas que colocava fim à expectativa de um crescimento vegetativo natural.

Durante os muitos anos de escravidão no Brasil, as palavras de certo jesuíta parecem não perder força: *“Os escravos são as mãos e os pés do senhor, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda”*. (ANTONIL, 1982). Observador atento, Antonil as escreveu durante os anos coloniais para descrever a realidade econômica e social que o cercava. Mas elas serviriam também para apresentar a sociedade escravista que se consolidavam durante o século XIX. O açúcar não estava mais em sua fase áurea e, nos oitocentos, nas fazendas do Vale do Paraíba fluminense, alastrava-se o café.

A região passou a concentrar grandes fazendas, fortunas e boa parte da classe senhorial imperial. Vassouras tornou-se a principal cidade do Vale do Paraíba fluminense. Tida como rota de comércio e produtora de gêneros alimentícios para a corte e com poucas fazendas, a partir da década de 1830, assistiu um período de grande expansão econômica – a derrubada da mata para formação das grandes propriedades cafeicultoras – e demográfica –

com a chegada constante de novos braços cativos às fazendas. O Vale do Paraíba fluminense e a cidade de Vassouras formavam o maior pólo cafeeiro do país.

Essas transformações, que alteraram significativamente a fisionomia da região de Vassouras, provocaram profundas mudanças tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político e cultural. O Império tornou-se o café, o café era o Vale, e por isso, o Vale era o escravo. As fortunas passaram a ser contadas pelo número de pés de café e de escravos que cada senhor possuía. Sobre a escravidão, ergue-se um mundo em que a classe senhorial² forjou sua identidade – o *éthos*³ senhorial. (SALLES, 2008) Aqui, o “*ser senhor*” era título que ganhou característica nova e restringiu-se a poucos, embora fosse cobiçado por muitos.

A expansão da produção e a multiplicação das propriedades escravistas exigiram a formação de novas escravarias entre os anos de 1830 e 1850, quando “*a importação de escravos era livre, embora legalmente proibida*”. (COSTA, 1998:21). Interrompido o tráfico definitivamente em 1850, fez-se urgente pensar recursos para a manutenção da escravidão. E mesmo antes dessa data, os manuais de fazendeiros indicavam à necessidade de criar um “*hábito salutar da escravidão*” (FONSECA, 1864:81). No terceiro capítulo do seu manual, escrito na década de 1830 e publicado em 1839, Carlos Augusto Taunay advogou a melhoria do tratamento dos cativos. Recomendações compartilhadas pelo barão de Pati do Alferes, na década de 1840, e pelo padre Antonio Caetano da Fonseca, em 1864, que apontava:

“... o senhor de uma fazenda tem rigorosa obrigação de prestar aos seus escravos todos os meios que forem indispensáveis para o seu bem-estar e para tornar mais tolerável a sua triste condição; cujos meios são: sustento, agasalho, vestuário, educação, cuidado e remédios nas suas enfermidades” (FONSECA, 1864: 82).

Tal “obrigação” explica-se não só pelo fim do tráfico atlântico, mas, sobretudo, pela solidificação da ordem escravista imperial. Foi sob da expansão da agricultura cafeeira e de tensões em trono do tráfico atlântico que se elaboraram os manuais de fazendeiros do século XIX, com atenção especial em relação ao tratamento dos escravos. Os autores dessas obras, pela primeira vez, falavam em nome da classe senhorial, sendo alguns deles egressos dessa

² Para Thompson, classe é um fenômeno histórico que agrega experiências comuns partilhadas por um grupo de pessoas e, que a partir delas, concebem uma identidade e interesses entre si e diferente de outros grupos de pessoas. ARRUDA, José Jubson de Andrade. Experiência de classe e experiência historiografia de E. P. Thompson. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em História do Departamento de História da PUC-SP. 12n. São Paulo. 1981.

³ *Éthos* aqui é compreendido como o conjunto de tendências que define o “estilo” ou o “caráter” do grupo social ao informar códigos de conduta, parâmetros morais, critérios de identidade e sentimentos de inclusão em uma específica conjuntura estrutural em um determinado tempo histórico. O conceito de *éthos* funciona como a matriz e a moeda das relações sociais, pois é a resultante de uma ação de mão dupla entre a estrutura e os grupos sociais. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

mesma classe. Os manuais oitocentistas grosso modo defendiam a necessidade de reforma na administração das fazendas baseando-se em dois pontos: adoção de técnicas agrícolas mais eficazes de produção e melhorias no tratamento da mão-de-obra escrava. (MARQUESE, 2004) Tudo porque era preciso conservar e, até aumentar, o número de escravos, principalmente em época de ausência do tráfico negreiro.

A estratégia para tanto recaía na territorialização da reprodução natural da mão-de-obra escrava – seja pelas melhorias do sustento material ou pelo estímulo ao crescimento vegetativo natural – que ocorreria no território do Império brasileiro, e não fora dele, medida vista como capaz de garantir a continuidade em longo prazo da escravidão. Como no caso dos Estados Unidos, que o fim do tráfico africano, em 1807, territorializou a reprodução natural dos escravos, assim, reproduzindo sua mão-de-obra. O sistema escravista do sul dos Estados Unidos aderiu à economia e ao direito, resultando em uma ordem escravista coesa que só findaria com uma ação exterior – a Guerra de Secessão. (ALENCASTRO, 2000:153-154) Tornar a escravidão nacional, territorializado-a, em certo sentido, era garantir a sobrevivência política e cultural da sociedade escravista.

A noção de territorialização, entendida como um processo de reorganização social, implica na criação de uma nova unidade sociocultural como o estabelecimento de uma identidade diferente; na constituição de mecanismos políticos especializados; na redefinição do controle social sobre os recursos e na reelaboração da cultura, afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais. (OLIVEIRA FILHO, 1998: 55-56) Isso permite perceber a existência de dois processos de reprodução de mão-de-obra escrava distintos, ainda que interligados, na dinâmica escravista do século XIX. O primeiro, no período de vigência do tráfico atlântico, masculino, adulto e africano, dependente do tráfico para sua reprodução. E o segundo, extinto o tráfico, crioulo, com um maior equilíbrio sexual e etário, em longo prazo apresentando condições possíveis de crescimento vegetativo natural.

Durante o tráfico atlântico, os plantéis tinham como característica a predominância dos homens sobre as mulheres e reprodução da mão-de-obra por via externa. A intensificação da demanda por novos escravos, ocasionada pelas expansões da economia, trazia um contingente de escravos predominante de homens jovens. Fato que, para alguns contemporâneos, levaria a população escrava ao desaparecimento com o fim do abastecimento africano. “*A América devora os pretos: se a contínua importação os não recrutasse, em breve a raça desapareceria entre nós*”, indicava Taunay em seu “*Manual do Agricultor*” na década de 1830 (TAUNAY,

2001:76). No caso de Vassouras, pelo menos, a história teria um final diferente do que previa Taunay.

A partir de 1840, a proporção de homens entre os plantéis foi reduzindo-se até chegar a 55,63% nos anos 1876-1880. Esse resultado possibilita pensar em uma estabilização demográfica e até um eventual crescimento da população escrava a partir da década de 1860. A manutenção da escravidão estaria baseada na reprodução interna da população cativa. Essa reprodução se dava através dos nascimentos e da formação de um mercado interno de mão-de-obra, a exemplo do que acontecera nos Estados Unidos (SALLES, 2008:204-205).

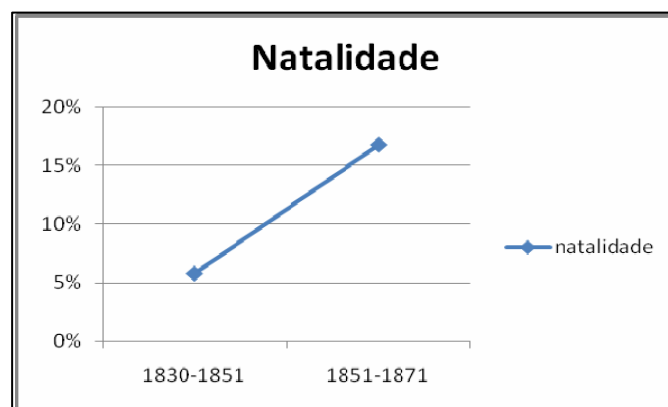
A reprodução natural criaria uma “*comunidade de senzala*” estável e em crescimento sucessivo. Essas comunidades, ao menos em Vassouras nas décadas de 1860 e 1870, teriam tido seu processo de formação em um período anterior, quando se iniciou a indicação de melhorias nas condições de subsistência e de uma vida familiar e comunitária entre escravos (SALLES, 2008: 247-249). Luís Peixoto de Lacerda Werneck, filho do barão de Pati do Alferes, em 1855, lembrava a experiência norte-americana materializada, durante a primeira metade dos oitocentos, e recomendava:

“julgamos que, embora tenha cessado o tráfico, embora não nos envie mais a África, a população de outrora, seria possível fazer crescer a existente. Bastaria para isso solicitude pela gravidez, mais zelo e cuidado para com os recém-nascidos e as crianças. Os lavradores deviam promover por todos os meios a propagação dos escravos, [...] Todos nós sabemos quais as medidas que o senhor deve tomar para assegurar-se da procriação de seus escravos. Melhor vestuário, melhor habitação, melhor nutrição, cuidados nas enfermarias, e outros alvitres, que são em geral desprezados entre nós, bastarão para salvar muitas vidas, que hoje se sacrificam pelo desleixo e incúria” (MARQUESE, 2004: 287-288).

Nos cuidados que grávidas e recém-nascidos deveriam receber, podemos perceber a necessidade da territorialização da escravidão. Taunay indicava que “*casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a um trabalho moderado. O parto e amamentação merecem as competentes atenções*” (TAUNAY, 2001: 80). Fonseca recomendava que no tempo do parto a escrava deveria “*merecer a mesma atenção que merece a senhora, e o recém-nascido os mesmos cuidados que os seus jovens senhores. Praticar o contrário seria faltar à humanidade e ao nosso interesse*” (FONSECA, 1864: 99).

Tais conselhos parecem ter sido seguidos por alguns senhores de Vassouras. Resultado da adoção dessas iniciativas pode ser percebido pelo aumento do registro de natalidade entre escravos nos inventários. No período de 1830-1850, entre os escravos apenas 5,8% eram filhos de outros escravos, enquanto que nos anos posteriores até 1870, esse percentual sobe para 16,8%. Mesmo que houvesse uma subanotação para a primeira metade do século XIX, fica clara uma elevação dos filhos de escravos. Outro elemento que leva a

acreditar no crescimento natural dessa população são os registros batismos. Entre os anos de 1853 e 1855, eles foram superiores ao registro de óbitos de escravos registrado no mesmo período. (SALLES, 2008: 237-240).



Fonte: CDH/USS, inventários *post-mortem*

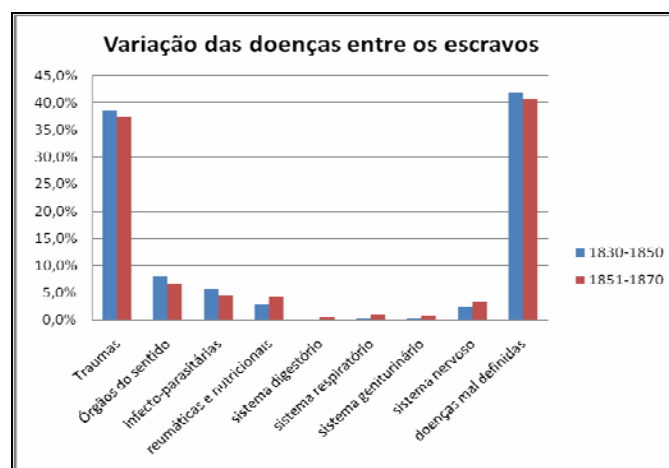
Paralelamente à valorização dos nascimentos, as condições de trabalho e vida são preocupações constantes entre os manuais como meios de manter os escravos. As recomendações são de variados tipos: como construir habitações ventiladas e ensolaradas; como evitar e cuidar das enfermidades; a quantidade e a qualidade das refeições; a jornada de trabalho e os castigos aplicados; além das compensações. O barão de Pati do Alferes, por exemplo, preocupava-se com a localização mais adequada para a edificação das senzalas: “*depois que fiz todas as senzalas avarandadas adoecer muito menor número de pretos, além de se conservarem mais robustos. As senzalas devem ser feitas no lugar mais sadio e enxuto da fazenda; é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro*” (WERNECK, 1985:58).

O dia de trabalho devia estender-se do amanhecer ao anoitecer, com dois intervalos para descanso – uma hora para o almoço e outra para o jantar – sugeria Taunay: “*é o quanto se pode exigir diariamente da força humana, sem risco da saúde*”. Para atender as necessidades das colheitas podiam ser feitas exceções a estas regras, porém “*um senhor judicioso deverá sempre combinar as tarefas extraordinárias e os trabalhos noturnos, de forma que o preto venha a ter equivalente em sustento e descanso.*” (TAUNAY, 2001:65-66)

Um “*senhor judicioso*” também não enviaria um escravo doente para o trabalho, antes, cuidaria deles. O barão de Pati do Alferes criticava os senhores que mantinham no trabalho os escravos com ferimentos e que andavam mancando, sob o risco de ficarem aleijados. “*Este proceder, além de desumano, é prejudicial aos interesses do dono*” (WERNECK, 1985:65). Dr. Imbert acreditava que nas fazendas onde havia uma dieta vegetal

complementada com uma dieta animal diminuiriam-se os riscos da opilação, por exemplo. Assim como indicava a substituição da dieta farinácea por uma dieta mais suculenta e animalizada para os escravos doentes. (IMBERT, 1834).

Um primeiro levantamento das doenças permitiu a construção da tabela a seguir. Foram estabelecidos nove grupos distintos: traumas, doenças infecto-parasitárias, doenças dos órgãos do sentido, doenças do aparelho digestório, doenças reumáticas e nutricionais, doenças do sistema nervoso, doenças do sistema geniturinário, doenças respiratórias e doenças mal definidas⁴. O principal grupo de enfermidades que atingia os cativos eram os traumas. Além de apontarem para o excesso de trabalho, poderiam ser resultado final de alguma outra doença, ou ainda, sintomas de outras, como por exemplo: “*feridas incuráveis*”, “*feridas crônicas*” e “*feridas antigas*”, que poderiam esconder doença nutricional ou infecto-parasitária não reconhecida na hora da confecção do inventário.

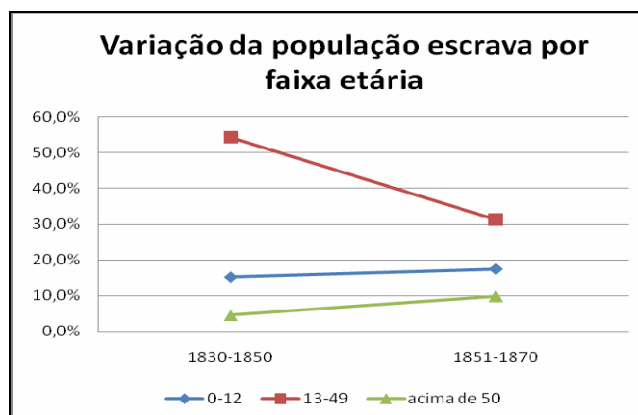


Fonte: DHC/USS inventários *post-mortem*.

As doenças dos órgãos dos sentidos eram o segundo grupo que mais afetavam os escravos. Em seguida, estão as doenças infecto-parasitárias. Em tempos de tráfico constante, poderiam ser resultado da migração de novos cativos e troca de parasitas desconhecidos de ambos – novos e os antigos. As doenças reumáticas e nutricionais alcançaram um número superior no período entre 1851-1870. Os inventários apresentam um número maior de escravos com reumatismos e “*dores nas juntas*” após 1851, refletindo talvez um envelhecimento da população, uma vez que os escravos com mais de 50 anos de idade eram os principais atingidos. Os grupos de doenças do aparelho digestivo, respiratórias e do sistema geniturinário tiveram baixa incidência, e por isso precisarão de atenção especial. Cabe uma última observa-

⁴ A classificação das doenças em grupos, obedecendo à parte do corpo afetada, seguiu o modelo produzido por Mary C. Karach a partir dos estudos para a cidade do Rio de Janeiro. Ver, especialmente, capítulo 6 “*As armas dos feiticeiros: doenças*”. (KARACH, 2000:209)

ção, as doenças mal definidas foram formadas a partir de informações como: “doente”, “achacado”, “pernas inchadas”, “com dores”, “manchas pelo corpo”, entre outras.



Fonte: CDH/USS, inventários *post-mortem*.

Outro elemento interessante desse período é o envelhecimento da população cativa de Vassouras⁵. O número de escravos acima dos 50 anos aumenta consideravelmente. No período entre 1830-1850 eles somavam 4,6% do total, e no período seguinte esse indicador passou para cerca de 10%. É provável que esse grupo de escravos tenha passado por várias doenças ao longo da vida e tenha conseguido, ao atingir os 50 anos, acumular anticorpos resistentes às infecções, por exemplo. Porém, com a marca dos anos de cativo, eles chegaram à velhice como sobreviventes da senzala. O decréscimo dos escravos jovens e adultos é reflexo do fim efetivo do tráfico atlântico, que em épocas anteriores foi responsável pela reprodução da mão-de-obra escrava. O crescimento entre as crianças reforça a idéia da tentativa de estimular o crescimento vegetativo natural dos escravos.

No Vale do Paraíba fluminense a escravidão estava em um processo de reinvenção, e não apenas repetição – herança dos tempos coloniais. Sem o fluxo de africanos, os senhores de escravos passaram a apostar no crescimento e manutenção da população escrava. O caso de Vassouras aponta que não era impossível pensar uma escravidão nacional. Conseqüência de um processo de territorialização, apoiada nos nascimentos, e, talvez, nas melhorias das condições de vida dos escravos no Brasil, sem o subsídio externo do tráfico. Padre Antonio Caetano da Fonseca concluiu que:

“É indubitável que a raça africana tem a mesma propriedade para a reprodução como a raça branca e que nas fazendas em que ela não se aumenta deve a sua diminuição a causas especiais: como são os lugares insalubres das suas habitações, o mau tratamento diário, pouca atenção e abandono mesmo nas suas enfermidades, o trabalho excessivo, as vigílias finalmente e a falta de casamento entre eles, que é a principal causa.” (Fonseca, 1863:101-102).

⁵ As faixas etárias foram definidas de acordo com a classificação feita por Ricardo Salles. Crianças e infantes, composta por escravos com até 12 anos de idade; jovens e adultos entre 13 e 49 anos; e escravos de meia-idade e idoso, com 50 anos ou mais.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acessado em: 21 mar. 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala a colônia**. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Wilma Peres. O império do Brasil: dimensões de um enigma. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n1, pg. 27-43, maio, 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_2.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2009.

FONSECA, Antônio Caetano da. **Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros**. Rio de Janeiro, Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

IMBERT, Jean-Baptista Alban. **Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros**. Rio de Janeiro, Typ. Nacional e Const. De Seignot-Plancher e Cia., 1834.

MARQUESE. Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. 4vol. 1n. abr, 1998. pg.47-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acessado em: 12 jan. 2009.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX**. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

STEIN, Stanley. Vassouras. **Um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**; MARQUESE, Rafael de Bivar. (org.) Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (Barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro**; SILVA, Eduardo. (org.) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Brasília: Senado Federal, 1985.